Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Crítica **Class.:** CIMI 712

Data 06/07/93 **Pg.:**

Demarcação de terra indígena debatida em encontro do Cimi

Começou ontem o II Encontr do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) - Regional Norte I, que tem como finalidade sistematizar a prática religiosa nas áreas onde atuam os missionários, isto é, um levantamento histórico de atuação para ver o contexto político, religioso e econômico, a partir do envolvimento das missões. O Cimi Regional Norte I foi criado em 1974, e é composto por ioceses e prelasias (áreas de atuação dos religiosos).

O assunto mais discutido no primeiro dia do encontro foi a demarcação das terras indígenas. É que o prazo constitucional termina em outubro e até agora o governo não se posicionou acerca da questão. Segundo Miguel Feeney, coordenador do Cimi Regional Norte I, poucas áreas foram demarcadas. Apenas os ianomami tiveram os 9,4 milhões de terra que exigiam. Uma antropóloga da Fundação Nacional do Índio (Funai), que participou do processo de demarcação de uma prelasia de Tefé, não fez o levantamento da área, e a situação ainda está indefinida.

Além da falta de uma política de demarcação, não há proteção das terras demarcadas. Os pesqueiros estão invadindo os lagos em Tefé, Coari, Itacoatiara e no Alto Solimões. Para tentar conter a invasão, índios e ribeirinhos formaram comitês para apresentar ao Congresso Nacional uma proposta de "reforma aquática". A idéia é garantir a preservação dos lagos e a manutenção dos peixes, perseguidos pelos pescadores peruanos e colombianos que se instalaram nas áreas.

A saúde dos índios também preocupa o Cimi. Recentemente, houve um surto de malária próximo ao município de Barcelos. Há uma proposta de implantação de distritos sanitários indígenas, que está dependendo de um acordo entre a Funai, a Fundação Nacional de Saúde (FNS) e os próprios índios, que nunca participaram das decisões. "Os 'brancos' dão a impressão de saber o que é bom para os índios sem consultá-los", disse Feeney.

Este ano, o Cimi Regional Norte I iniciou estudos para verificar o número de índios residentes em Manaus. Os saterémaue e os tukanos são os que mais imigram para a capital. Na década de 80, a Universidade do Amazonas fez um levantamento e constatou cerca de 10 mil índios morando nas periferias de Manaus. A estimativa do Cimi é de que esse número tenha triplicado. Para o coordenador, isso é resultado do descaso do governo. "A nossa esperança é que até outubro as terras estejam demarcadas. Que os governantes criem vergonha e reconheceçam os índios como povos diferentes, mas que são dignos de respeito", finalizou Feeney.